



PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas - COSUPUE

ASSUNTO: Prorrogação contratual excepcional - Contrato n. 1/2019 - Prestação de serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

DESPACHO Nº 182 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Cuida-se de processo administrativo no qual se registrou a contratação de pessoa jurídica, especializada em serviços de **manutenção de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação/ TIC - Suporte de TIC**, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO.

Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD, CNPJ 03.627.226/0001-05 firmaram o Contrato 01/2019 (0386835) com vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 07/09/2019, no valor de R\$ 2.689.500,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais), admitida a prorrogação nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, conforme Cláusula Quinta do referido ajuste.

No decorrer de sua vigência o mencionado contrato passou por 01 (uma) prorrogação, conforme comprova o termo aditivo 01 (0722605) totalizando o prazo de 60 (sessenta) meses no próximo dia 07/03/2024.

Diante da aproximação da data de vencimento do contrato supracitado, a COSUPUE solicitou a prorrogação excepcional do Contrato n. 1/2019, por um período de 6 (seis) meses, a contar de 08/03/2024, com prazo final em 07/09/2024 (1119130), contando com a expressa concordância da empresa contratada (1118313).

Em cumprimento ao Despacho 273 (1119949) a SECONT elaborou a minuta do segundo termo aditivo ao contrato n. 01/2019, juntada ao evento n. 1120983 e submeteu ao crivo da AJSAOFC (1121092).

A referida unidade, por meio do Parecer Jurídico 21 - evento 1122464, opinou pela possibilidade da prorrogação excepcional com fundamento no **art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93**, e nas Cláusulas Quinta c/c Décima Oitava do contrato, com a consequente atualização da garantia, exigência com expressa previsão na Subcláusula Primeira da Cláusula nona do ajuste originário, bem como pela inclusões, em cláusulas específicas, do temas relativsoa a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e Política de prevenção e enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação. Ao final, aprovou a minuta do 2º Termo Aditivo juntado ao evento n. 1120983, registrando a recomendação à unidade gestora da contratação para que se adote o planejamento prévio necessário evitando-se prorrogações como fundamento no art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93.

A SAOFC, pela manifestação n. 80 (1122748), anuiu com a prorrogação solicitada e demais alterações, bem como pela recomendação da unidade jurídica voltada a unidade gestora da contratação no que diz respeito ao melhor planejamento de suas contratações.

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, como é o caso sob análise.

Na presente ocasião, conforme relatado, a unidade gestora do contrato registra a necessidade de **prorrogar em caráter excepcional o contrato n. 1/2019**, uma vez que a prorrogação anterior, nos termos previstos no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, esgotou a possibilidade de novo prorrogação com o mesmo fundamento:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses;** [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) (grifamos)

Registra-se, também a necessidade de inclusão de cláusula específica relativa à proteção de dados pessoas nos termos da Lei 13.709/2019 (LGPD) e item acerca da política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Do caderno processual verifica-se que foi juntada aos autos programação orçamentária (1120891), comprovando a existência de previsão de valores destinados a custear a despesa, objeto desta prorrogação, no importe de R\$ 600.148,80 (seiscentos mil cento e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

A Lei de Licitações traz previsão acerca da possibilidade, em caráter excepcional, da prorrogação do prazo que trata o inciso II do art. 57 da citada norma:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses;** [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) (grifamos)

(...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, **o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.** [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

Da leitura do texto normativo acima, depreende-se que a prorrogação contratual por prazo superior ao inicialmente previsto, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- 1) Apresentação de devida justificativa;
- 2) Autorização da autoridade superior e;
- 3) Prazo não superior a doze meses.

Dos presentes autos, extrai-se que a unidade demandante, em sua solicitação juntada ao evento n. 1119130, justifica a necessidade da prorrogação pretendida, pelo alongamento da nova licitação (PSEI 0000135-47.2023.6.22.8000) e a vantajosidade para a Administração demonstrada na referida solicitação em não ter o serviço interrompido antes do encerramento da vigência do contrato atual, estabelecendo o prazo máximo de 06 (seis) meses. Por fim, submete à **apreciação da autoridade superior**, restando atendidos os requisitos 1 e 2.

O requisito 3 (**prazo máximo estabelecido**) foi obedecido, uma vez que não houve extrapolação do limite máximo para prorrogação em caráter excepcional, qual seja, 12 (doze) meses, haja vista que, como já citado, a presente prorrogação foi pleiteada por um prazo máximo de 06 (seis) meses.

Em sua **justificativa** a unidade gestora consignou que a pretensa prorrogação vem ao encontro do atendimento da finalidade pública desta Administração, tendo em vista envolver serviços de natureza contínua essenciais para o desenvolvimento das atividades deste Tribunal em especial, a constante necessidade de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), principalmente nesse ano de Eleição, além do fato, de garantir uma melhor transição contratual, no caso de haver uma nova prestadora de serviços.

Da análise do tempo necessário a realização do procedimento de contratação, de fato, tem-se um período curto até o termo final da vigência, o que se verifica razoável a justificativa da unidade gestora no sentido da necessidade de prorrogação para evitar eventual descontinuidade dos serviços objeto da contratação, tendo em vista a complexidade do certame que adota novo modelo de contratação conforme Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, além de eventuais intercorrências durante o procedimento licitatório em trâmite no processo n. 0000135-47.2023.6.22.8000.

Verifica-se que a contratada manifestou expressa anuência à prorrogação do ajuste por mais 6 (seis) meses, conforme comprova o documento juntado no evento 1118313. Observa-se que estão presentes os requisitos necessários para efetivação da prorrogação em *caráter excepcional*, e há previsão de prorrogação ordinária no instrumento contratual, restando-se, também, devidamente justificada a vantajosidade para a Administração e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais.

Contudo, registra-se a necessidade de comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação para continuidade dos serviços mediante a juntada, aos presentes autos, das certidões pertinentes devidamente atualizadas, bem como a necessidade de apresentação de garantia contratual, exigência com expressa previsão na Subcláusula Terceira da Cláusula Nona do ajuste originário (0386835).

Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar certidões negativas atualizadas e renovação da garantia dimensionada ao novo prazo de vigência do contrato, antes da assinatura do aditivo, diligência esta que deve ser tomada com a urgência que caso requer pelo gestor do contrato.

No que diz respeito à **inclusão de cláusula** “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem assim, do item relativo a **política de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação** instituída pela Resolução nº 31/2023/TRE-RO, não há óbice à ao aditivo que visa atualizar os termos da contratação aos procedimentos relativos à proteção de dados pessoais e às questões de prevenção contra o assédio moral, sexual e discriminação no ambiente de trabalho.

Por fim, considerando a importância institucional do objeto contratado e a conclusão da operacionalização para prorrogação da avença as vésperas da expiração dos prazos de vigência e execução, **recomenda-se que as unidades gestora e fiscalizadora do contrato** diligenciem no curso da vigência da contratação acerca da necessidade de eventuais atualizações, reajustes e prorrogações contratuais com antecedência suficiente a possibilitar a adoção das medidas necessárias a operacionalização das demandas em tempo hábil, evitando-se assim tumulto na tramitação da contratação bem assim, eventuais riscos ao regular fornecimento do objeto.

Assim, diante da justificativa da necessidade de continuidade dos serviços contratados, bem como a não superação do limite de 12 (doze) meses, previsto no § 4º do art. 57 da Lei n. 8.666/93", e da delegação de competência prevista no inciso II do art. 1º da Portaria 66/2018/GP:

a) autorizo a **prorrogação excepcional do Contrato TRE-RO nº 1/2019 (0386835), pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir do dia 08/03/2024 e término em 07/09/2024**, com fulcro no art. 57, II, e seu § 4º da Lei 8.666/93, materializada no Segundo Termo Aditivo (1120983), nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC (1122464); e

b) autorizo a **inclusão da Vigésima Primeira** ao Contrato nº. 01/2019 (0386835), "DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS", sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações e **inclusão do item XXIII na cláusula décima quarta do contrato originário**, para constar disposição expressa acerca da Resolução TRE-RO n.º 31/2023, que dispõe acerca da política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal.

c) determino a notificação da contratada para **comprovação de sua regularidade fiscal e complementação da garantia contratual** no percentual de 5% (cinco por cento) do valor aditivo contratual em epígrafe, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual ora prorrogada em cumprimento à obrigação imposta pelo item 2 da Subcláusula nova da Cláusula Nona do ajuste.

À SAOFC para prosseguimento do feito e À STIC para acompanhamento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/02/2024, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1123115** e o código CRC **9DB7B9CE**.